



O PAPEL DO ESTADO NO BRASIL E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

THE STATE'S ROLE IN BRAZIL AND THE NEW DEVELOPMENTALISM

Rogério Faé¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar, sob a ótica da economia política, a organização do Estado Brasileiro em termos de práticas, que facilitaram a implementação de ideias advindas do ideário novo desenvolvimentista no período 2003-2016. O Brasil ainda é considerado como um país dependente que foi incorporado ao sistema capitalista global. Isso, como resultado de um longo processo histórico que delegou ao país o papel de um dos maiores e mais importantes fornecedores de produtos primários para o mercado mundial. O argumento principal deste artigo é de que o processo de dependência foi ratificado pelo recente movimento. Ou seja, para o que tem sido chamado de ‘novo desenvolvimentismo’, que delega um papel estratégico para o Estado como facilitador das relações de mercado em escala global. O texto está dividido de forma a discutir, brevemente, a formação histórico-econômica do Brasil. Considerando as consequências socioeconômicas do novo desenvolvimentismo no Brasil. Por fim, se conclui que o Brasil tem aumentado sua dependência na relação com os países desenvolvidos e exposto suas políticas sociais à volatilidade dos dispositivos de mercado em escala global.

Palavras-chave: Novo Desenvolvimentismo. Brasil. Poulantzas. Dependência. Economia Política.

ABSTRACT: *This paper aims to analyse, from the perspective of political economy, the organization adopted by the Brazilian State to facilitate the implementation of new developmentalist ideas in the period of 2003-2016. Brazil is still classified as a dependent country incorporated within the global capitalist system because of a historical process that has delegated the country the role of one of the biggest and most important providers of primary commodities to the world market. We argue that this dependency has been cemented by the recent hegemonic move towards what has been called new developmentalism, which defines a strategic role for the State to facilitate Brazil's market relations on a global scale. The paper is divided, first, to discuss the Brazilian historical and economic patterns and to consider the socioeconomic consequences of the new developmentalism for the country. Finally, we argue that Brazil has increased its dependency on hegemonic countries and exposed the Brazilian social policies to the volatility of global commodity prices.*

¹ Doutor em Administração pelo PPGA/EA/UFRGS, Professor Adjunto no PPGA/EA/UFRGS. E-mail: rogerio.fae@ufrgs.br



Keywords: *New Developmentalism. Brazil. Poulantzas. Dependency. Political Economy.*

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio teórico tem como objetivo discutir os caminhos adotados pelo governo Brasileiro no período 2003-2016. A partir da contribuição da economia política, no contexto da sua mudança rumo ao que foi denominado ‘novo desenvolvimentismo’, caracterizado por uma ênfase renovada do papel do Estado no planejamento do desenvolvimento nacional, focando principalmente, na exportação de *commodities* para o mercado mundial (BRESSER-PEREIRA, 2006; PETRAS, 2013).

Para alguns economistas a crescente importância do neoliberalismo pode ser atribuída a um triunfo dos mercados capitalistas e do aumento do poder das corporações. Em contraponto, Radice (2008) defende que o Estado capitalista e suas instituições claramente desempenham um papel relevante, se não decisivo. Assim, busca-se neste trabalho problematizar o papel do Estado no desenvolvimento capitalista, com foco na história recente do Brasil.

Teoricamente, serão utilizadas as ideias de Poulantzas (1978), que vê no Estado capitalista o espaço privilegiado da condensação e organização do poder. Seus *insights* serão utilizados de maneira relacionada com as ideias de teóricos da dependência latino-americanos, que fornecem entendimentos sobre a recente trajetória de desenvolvimento do Brasil. Principalmente, no que se refere ao novo desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2006; VALÊNCIA, 2008; MERCADANTE, 2010).

Considera-se que o Brasil ainda deve ser considerado um país dependente, que foi incorporado no sistema capitalista global como resultado de um longo processo histórico, que delegou ao País o papel de um dos maiores e mais importantes fornecedores de produtos primários para o mercado mundial (FURTADO, 1977; MARINI, 1973). Relação de dependência que foi ratificada pelo recente movimento para o que tem sido denominado novo desenvolvimentismo e que define um papel estratégico para o Estado, a fim de facilitar as relações de mercado do Brasil em escala global (BRESSER-PEREIRA, 2006; MERCADANTE, 2010).

Como consequência desta estratégia novo desenvolvimentista, o Brasil tem reforçado seu papel como um dos principais fornecedores de produtos primários ao longo dos últimos



vinte anos, resultando em perda de autonomia e, conseqüentemente, maior dependência. Os problemas político-econômicos associados a esse papel recentemente vieram à tona, com a queda dos preços das *commodities* no mercado global. O resultado foi traduzido em graves dificuldades financeiras para o governo brasileiro, que respondeu com políticas de cunho neoliberal, cortando bilhões do orçamento das políticas públicas sociais (BRASIL, 2016b).

Assim, busca-se considerar as conseqüências socioeconômicas do novo desenvolvimentismo no Brasil, argumentando que sua dependência na relação com países industrializados vem aumentando; e expondo o norte das políticas brasileiras à volatilidade dos preços das *commodities* globais, para não mencionar os custos ambientais que acompanham tais estratégias de desenvolvimento.

Com este objetivo, na próxima seção serão apresentadas algumas ideias de Poulantzas (1978), em relação ao papel do Estado; discutidos os padrões históricos da dependência brasileira e as características do novo desenvolvimentismo. Na sequência, serão analisadas as conseqüências em termos socioeconômicos do papel planejador do desenvolvimento assumido pelo Estado e, por fim, as considerações finais.

2 POULANTZAS E O PAPEL DO ESTADO

A interpretação Marxista sobre o Estado tem tradicionalmente lhe atribuído um papel de comitê executivo ou instrumento da burguesia para operacionalizar uma função de classe (MARX, 1852). Para compreender as origens e razões dessa função interna, é necessário analisar a relação entre os papéis internos e externos atribuídos ao Estado.

Para Hobson (1905), o Estado desempenha um papel imperialista no contexto internacional. O imperialismo foi entendido pelo autor como a utilização da máquina do governo por interesses privados, especialmente para garantir lucros econômicos fora do seu território geográfico.

Hobson (1905) pôs em questão a contradição da estratégia imperialista que provoca, por um lado, aumento da despesa pública relacionada com a conquista externa e aumento dos lucros de uma pequena parcela da população; por outro, diminuição dos investimentos em políticas sociais para a massa populacional localizada no interior do território geográfico. Por conseqüência, o autor defendeu a reorientação dos investimentos de maneira a reforçar o mercado interno e melhorar as condições de vida para os cidadãos em geral.



Para Berberoglu (2003), Hobson entendia que o redirecionamento dos investimentos melhoraria o desenvolvimento econômico da nação como um todo e não para apenas alguns atores estrategicamente localizados.

Em contraponto, de acordo com Luxemburg (1913), o sistema capitalista pressupõe a manutenção contínua do crescimento da produção e, conseqüentemente, aumento do lucro. Este movimento permanente de expansão da acumulação de capital levaria a uma busca constante para a integração de novos consumidores. Seja, no país e fora dele, quando o mercado interno mostrasse sinais de decadência ou quando os investidores passassem a identificar melhores oportunidades econômicas no ambiente externo.

Esse processo seria reforçado pela posição política adotada em cada país, que participa do sistema capitalista em escala global. Unidos, os países em geral tendem a agir para proteger os interesses comerciais dos investidores internos que, teoricamente, promovem o crescimento econômico do país. O apoio social necessário é alcançado por meio da defesa da necessidade de crescimento econômico para o bem comum da nação. Esse ponto de vista revigora o argumento de Luxemburg (1913, p. 452), de que “o poder político é nada, mas um veículo para o processo econômico”.

Se Luxemburgo (1913) entendeu a importância da manutenção do crescimento e da incorporação de países que não participavam dos mecanismos capitalistas de mercado para o acúmulo contínuo de capital, de forma complementar, Lenin (1917) recuperou o conceito de imperialismo e definiu-o como um estágio do capitalismo monopolista.

Como o capitalismo tem se desenvolvido por meio do movimento permanente para chegar a uma situação de monopólio, o Estado tem cada vez mais perdido sua autonomia relativa e se tornado um instrumento para proteger e melhorar as condições para a expansão do processo de acumulação de capital (FURTADO, 1974; BERBEROGLU, 2003).

Conseqüentemente, as formas nas quais cada Estado adquire sua forma e função específica depende da posição estratégica de cada país no sistema econômico como um todo. Mesmo considerando as diferenças nas estratégias adotadas pelos países desenvolvidos e periféricos, o foco em escala macro é mantido. Ou melhor, aumento permanente do processo de acumulação em escala global. A premissa subjacente é o crescimento do todo em que cada país terá a sua parte (AMIN, 1976).



A estratégia explícita que cada país assumirá terá diferenças e consequências específicas. Enquanto os países desenvolvidos tentarão impor o seu modelo e priorizar a exportação de capitais, os países periféricos dependem do capital e tecnologia dos velhos países capitalistas para criar as condições adequadas à perpetuação do processo de acumulação (MARINI, 1973; AMIN, 1976; BERBEROGLU, 2003).

Essa abordagem oferece possibilidades de compreensão sobre a maneira pela qual o Estado articulado com o interesse econômico pode criar uma rede em escala global para apoiar o crescimento econômico. No entanto, para entender o processo que ocorre nos países periféricos com vistas à criação de condições para a articulação global, é necessário recuperar a análise sobre as maneiras pelas quais as relações internas adquirirem formas particulares e vincular a abordagem interna a cada país com o contexto global.

Sob tal perspectiva, Poulantzas (1978) definiu Estado como o espaço da condensação e organização do poder. O autor utilizou o conceito de hegemonia, de acordo com Gramsci, para explicar como é possível construir um consenso que leva a estratégias governamentais ligadas aos interesses da classe dominante.

Poulantzas (1978) argumentou que o Estado é entendido como o espaço de condensação política da luta entre as classes dominante e dominada, no qual as relações de poder são, ao mesmo tempo, o resultado e o construtor do contexto. O autor dirigiu o foco de seus estudos para a compreensão sobre as formas nas quais o Estado capitalista estabelece as condições para construção de consenso.

O poder, por sua vez, resulta das relações sociais construídas por meio de diversos meios como os coercitivos e/ou a vigilância subjetiva por meio de dispositivos disciplinares. Ou, nas palavras de Poulantzas (1978, p.17), “o campo político do Estado (bem como na esfera da ideologia) sempre, em diferentes formas, esteve presente na constituição e reprodução das relações de produção”. Dessa forma, para o autor, poder no sistema capitalista tem sido entendido como relações sociais que ganham materialidade por meio do conflito de classes implícito ao processo de acumulação capitalista.

A materialidade dessas relações sociais é definida em seu próprio processo social e é fortemente influenciada pela cultura e crenças das pessoas em um dado contexto geográfico e histórico. No entanto, é fundamental esclarecer que o foco da análise é dirigido menos para os



aspectos subjetivos e/ou éticos (que são analisados como uma consequência), e mais para as condições materiais de organizar a vida social.

Nesse sentido, a ideologia dominante tem dado apoio para as principais formas de organização da sociedade. Nos primeiros momentos, uma ideologia específica é disseminada de maneira que se torna tão forte e articulada a ponto de integrar as ações dos diversos grupos que compõem o campo. Com este objetivo, são necessárias práticas nas quais diversos grupos acreditam que irão obter ganhos.

Assim, a ideologia não consiste meramente em um sistema de ideias, mas “também envolve uma série de práticas materiais, abraçando os costumes e estilo de vida dos agentes, caracterizando-se como cimento na totalidade de práticas sociais (incluindo políticas e econômicas)” (POULANTZAS, 1978, p. 28).

Dessa forma, o Estado produz vários discursos e práticas necessariamente adaptados para as diversas classes. Essas práticas são frequentemente fragmentadas de acordo com os interesses da estratégia de poder dominante e demandas específicas dos dominados. Esta é a razão pela qual as ações do Estado não são frequentemente suscetíveis a formulações racionais, mas construídas como respostas rápidas às demandas sociais.

Essas respostas normalmente resultam de uma estratégia de utilização do Estado pela classe dominante. Porém, as forças produtivas têm uma materialidade que não pode ser ignorada e que é organizada em determinadas relações de produção. Quando as classes sociais começam a lutar, com foco em seus interesses, o Estado entra na briga executando o papel de organizador ideológico das relações de produção dominantes.

Evidentemente, o Estado, inserido nas relações de poder, produz um equilíbrio necessariamente instável de compromissos entre classes por meio de concessões impostas em consequência da luta originada pela classe dominada. Nesse ponto, Poulantzas (1978) discute as mudanças nas relações de poder motivadas pelas diversas classes. Esse processo, com base na luta pelos excedentes de produção, foi definido na instituição de aparatos específicos nos quais as empresas se posicionaram como os locais de extração do excedente e de exercício desses poderes.

Nesse ponto, o Estado funciona como o local privilegiado onde a condensação política da luta entre as classes ocorre. Mas, é importante frisar, o poder não é reduzido ao Estado. O Estado, por um lado, produz relações sociais por meio de um processo político; por outro, está



formatado em relações de produção. Em consequência, o poder é originado em relações sociais nas quais as relações de produção ocupam um papel central. Ou, nas palavras de Poulantzas (1978, p.41), “a determinação do Estado pelas relações de produção ou a primazia das classes sociais sobre o Estado está inscrito em diversas temporalidades e formas históricas marcadas por um desenvolvimento desigual”.

Para compreender a maneira pela qual as relações de produção transformaram-se em um mecanismo central para estimular a ação social, Poulantzas (1978) argumenta sobre a importância do processo de individualização como um dispositivo de poder. Por meio desse dispositivo o aparelho de Estado tem sido usado para controlar e estabilizar as relações sociais de produção, mesmo que pelo uso legítimo da violência.

Os padrões da organização social promovidos pelo uso da violência institucionalizada e monopolizada pelo Estado, apoiados pela ideologia do processo de produção, são gradualmente incorporados na subjetividade humana e nas relações sociais. Consequentemente, a violência pública legitimada diminui em importância e a vigilância emanada das relações sociais posiciona a participação relevante na sociedade como um normalizador do processo de organização social.

Considerando o objetivo deste artigo, é significativo salientar ainda que, segundo Poulantzas (1978, p. 99), nação é um conceito escrito no Estado para organizar o poder hegemônico. Ou, em suas próprias palavras: “as nações modernas aparecem como produto do Estado, uma vez que seus elementos constitutivos (unidade econômica, território, tradição) são modificados por meio da atividade do Estado na organização material do espaço”. Assim, a nação é resultado das relações sociais que ocorrem no Estado e organiza os interesses políticos de longo prazo das classes dominantes internas. Evidentemente, esta posição é dependente da aceitação de premissas ideológicas pelas classes dominadas.

As principais estratégias para convencer a população em geral, são suportadas por dispositivos de poder relacionados com premissas tecnocráticas como eficiência, crescimento econômico, abundância e bem comum. Mas, nos momentos em que tais dispositivos se mostram falhos, a alternativa volta a ser o uso do aparelho legítimo de violência pelo Estado. No entanto, mesmo neste último caso, o Estado continua fortemente marcado pela ideologia do interesse geral ou bem comum.



Cabe lembrar que as maneiras pelas quais as relações de produção influenciam a estrutura do Estado dependem das características do contexto em estudo. Ou, em outras palavras, as maneiras nas quais as lutas de classe ganham materialidade são definidos por aspectos sociais, históricos, geográficos e políticos particulares. Dessa forma, considerando o objetivo deste trabalho, na seguinte parte do texto serão analisados os aspectos históricos que possibilitaram a adoção do novo desenvolvimentismo no início do século XXI, no Brasil.

3 DEPENDÊNCIA HISTÓRICA DO BRASIL

A estrutura socioeconômica do Brasil tem sido historicamente caracterizada como exportadora de produtos primários relacionada com os interesses dos países dominantes em escala global. Em um primeiro momento como fornecedor de metais e produtos exóticos à Coroa Portuguesa e, após a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos, como exportador de matéria-prima para os países industrializados (MARINI, 1973).

Posição nacional que foi mantida de forma relativamente estável por mais de quatro séculos. Dinâmica socioeconômica que foi quebrada em virtude de problemas gerados no período entre guerras. Crises econômicas e dificuldades logísticas enfrentadas pelos antigos países capitalistas provocaram alterações na antiga estrutura socioeconômica brasileira (FURTADO, 1977).

Os conflitos armados nos países imperialistas inviabilizaram, momentaneamente, a continuidade de antigas estratégias comerciais em escala global. Naquele momento, a economia brasileira precisou encontrar mecanismos para reduzir o impacto interno, e a alternativa encontrada foi o processo de industrialização. O Brasil começou a produzir bens internamente em vez de comprar esses mesmos produtos no exterior. Processo foi chamado ‘industrialização por substituição de importação’ (FURTADO, 1974).

Enquanto o governo brasileiro estimulou o processo de industrialização por meio de políticas públicas – em uma prática que mais tarde se tornaria conhecida como nacional-desenvolvimentismo² – a produção industrial do país aumentou gradualmente e atingiu o seu

² O nacional desenvolvimentismo surgiu na década de 1950, e tinha por principais objetivos o fortalecimento da industrialização substitutiva de importações e o aumento do mercado consumidor interno como recursos por meio dos quais as nações periféricas construiriam situações de maior autonomia em relação às nações centrais, assim como seriam reduzidas as diferenças estruturais entre as nações centrais e periféricas (SAMPAIO JR., 2012).



auge na década de 1970. Aquela década foi conhecida como milagre econômico brasileiro (PETRAS, 2013).

Três fatores principais influenciaram a mudança nas diretrizes político-econômicas da nação na década de 1980 e, sobretudo, na década de 1990: 1) baixa tecnologia utilizada na produção industrial interna; 2) recuperação econômica das nações centrais; e 3) a burguesia brasileira optou por direcionar seus investimentos para modalidades com retornos mais rápidos em uma articulação com o mercado global (FURTADO, 1974).

Conseqüentemente, a importância do processo de industrialização diminuiu, e a ideologia neoliberal que se tornou predominante no governo brasileiro da década de 1990 dirigiu seus esforços para articular a estratégia nacional de crescimento com a ideologia predominante em escala global.

O resultado foi uma revalorização da tradicional posição brasileira como exportadora de produtos primários (PETRAS, 2013). Posição foi ganhando terreno no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) por meio de políticas públicas que visavam à abertura da economia e à privatização de empresas públicas, como a Telebrás (comunicação) e Vale (indústria extrativa mineral) (BITTENCOURT, 2014).

O governo Lula (2003-2010) e seu sucessor – governo Dilma Rousseff (2011-2016) – mantiveram uma estratégia nacional de desenvolvimento apoiada pelo posicionamento do país como fornecedor de produtos primários e (em um contexto globalmente favorável, quando os preços das *commodities* estavam altamente valorizados) por investimentos em políticas públicas ligadas à redução da pobreza e ao aumento do mercado de consumo interno (INDEX MUNDI, 2016; MERCADANTE, 2010). Naquele período, os investimentos ligados à produção primária para o mercado externo e à criação de infraestrutura para apoiar esta produção de *commodities* foram fortemente valorizados (PETRAS, 2013).

Antes, porém, de analisar o contexto no qual a ideologia novo desenvolvimentista predominou é necessário compreender algumas ideias que lhe ofereceram suporte. Este é o objetivo da próxima parte deste texto.

4 EM DIREÇÃO A UM IDEÁRIO NEOLIBERAL

As propostas associadas à ideologia desenvolvimentista defendem o crescimento econômico como base do desenvolvimento. Em tais propostas o crescimento econômico é visto



como capaz de promover o desenvolvimento por si (HARROD, 1956), ou como um instrumento essencial para alcançar o desenvolvimento (LEWIS, 1954; HIRSCHMAN, 1960).

Influenciado pelo segundo ponto de vista, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto publicaram em 1969, o livro ‘Dependência e Desenvolvimento na América Latina’. O texto que foi republicado em 2004, quando Cardoso havia concluído há pouco tempo seu segundo mandato como presidente do Brasil. De acordo com Sampaio Jr. (2012), o ex-presidente aplicou em seus dois mandatos as formulações apresentadas no livro. Esta é a razão pela qual esta parte do texto inicia, introduzindo as principais ideias ali apresentadas.

Cardoso e Faletto (1969) propuseram uma análise que integra aspectos econômicos e sociais, na qual defenderam que a transição para uma fase de desenvolvimento mais elevado somente poderia ocorrer por meio de mudanças nas relações sociais, que facilitassem o processo econômico. Eles argumentaram, ainda, em defesa de uma tripla classificação para os diversos países: desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Classificação na qual países de desenvolvimento médio, como o Brasil, seriam classificados como ‘em desenvolvimento’.

Os autores defenderam que os objetivos dos países ‘subdesenvolvidos’ e ‘em desenvolvimento’ são semelhantes às metas dos países desenvolvidos, já que seriam todos participantes do sistema capitalista global. Similaridade que pressupunha um ‘efeito de demonstração’ no qual a modernização social somente ocorreria por meio de padrões dados como consequência do processo histórico vivido pelos países desenvolvidos, que estariam à frente no processo de modernização (CARDOSO; FALETTTO, 1969).

Para Cardoso e Faletto (1969), a articulação entre sujeitos políticos em escala global favoreceu a formação de grupos apoiados por seus interesses particulares, cuja conciliação, oposição ou superação deu dinamicidade ao sistema global. Em outras palavras, a estrutura sociopolítica só poderia mudar como resultado da luta entre grupos socioeconômicos e seria mais influenciada pela força social predominante que poderia impor seus interesses e dominação.

Os últimos autores, ao se concentrarem nos aspectos econômicos, argumentaram que a situação de dependência é caracterizada por um processo histórico no qual os países ‘em desenvolvimento’ construíram suas estruturas socioeconômicas com foco no mercado externo. Como consequência, tais países, ao estarem articulados a uma estrutura global tenderiam a assumir os caminhos econômicos, políticos e sociais globais como seus.



Dessa forma, foi pressuposto que a única maneira de chegar a uma situação mais próxima dos países desenvolvidos seria por meio da articulação das ações econômicas internas com o modelo assumido em escala global. Evidentemente, o modelo adotado durante o governo Fernando Henrique Cardoso privilegiou a associação entre classes dominantes e o aspecto mais importante foi o crescimento econômico, cujo direcionamento interno dependeria das mudanças no conjunto do sistema (SAMPAIO JR., 2012).

Cardoso e Faletto (1969) sugeriram, ainda, que a criação de grupos econômicos internos ligados com o capital internacional poderia apoiar as decisões governamentais na definição de estratégias de desenvolvimento. Principalmente, em assuntos relacionados à atração de capital internacional e à promoção de mudanças endógenas associadas.

Nesse ponto, ao considerar os interesses e as condicionalidades do capital internacional, não é muito difícil entender as razões pelas quais os produtos primários voltaram a assumir um papel de destaque como produtos de exportação. Assim como o processo de industrialização de apoio à produção agrícola e de extração mineral ganhou relevância naquele período (PETRAS, 2013).

Considerando as premissas do apoio ideológico para as ações observadas durante o governo Cardoso – caracterizado, principalmente, por medidas dirigidas à abertura do mercado interno em uma escala global – o papel atribuído ao Brasil tornou-se gradativamente mais dependente do mercado externo (SAMPAIO JR, 2012; PETRAS, 2013).

Ao utilizar alguns dos *insights* de Poulantzas (1978), discutidos na seção anterior, é possível inferir que as premissas definidoras do crescimento da economia nacional foram definidas, principalmente, em conformidade com os interesses da classe dominante – interna e externa. Razão pela qual é possível argumentar que a proposta de Cardoso e Faletto resultou em uma articulação com o capital internacional na qual o capital nacional ocupou o papel de parceiro júnior, como é característico dos países dependentes.

5 NOVO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

No início do século 21, mudanças começaram a ser percebidas por todo o sistema capitalista. As limitações das ideias liberais em promover estabilização macroeconômica e crescimento nos países da América Latina, retratadas no Consenso de *Washington*, tornaram-



se claras. Este consenso não conseguiu criar melhores condições econômicas; ao contrário, a receita neoliberal promoveu um aumento da pobreza e da desigualdade de renda nos países Latino-Americanos. Situação que provocou manifestações articuladas pelos movimentos sociais, que lutavam por melhores condições de vida. Naquele momento, a resposta do Governo Brasileiro foi revitalizar o nacional-desenvolvimentismo (RIDENTE, 2009).

O governo Lula (2003-2006), em seu início, adotou o ‘novo desenvolvimentismo’, entendido como um caminho intermediário entre neoliberalismo e nacional-desenvolvimentismo (VALENCIA, 2008; MERCADANTE, 2010). Bresser-Pereira³ (2006) argumentou que o novo desenvolvimentismo se direciona para práticas em defesa dos interesses e bem comum do país. Nesse sentido, o autor defendeu que o Estado deveria assumir um papel de planejador estratégico e facilitador das relações de mercado com vistas à manutenção do crescimento econômico nacional.

Utilizando os *insights* da teorização de Poulantzas (1978) é arguível que, neste ponto, surgiram dispositivos que buscaram ratificar o Estado como o local privilegiado da condensação da luta política em defesa de um suposto bem comum. Consequentemente, surgiram as condições para a busca de um consenso ideológico.

Em outras palavras, as mudanças na lógica de crescimento econômico foram provocadas pela onda de movimentos sociais que começaram a lutar contra as consequências das propostas neoliberais implementadas internamente durante a vigência do governo FHC. A resposta do governo Lula foi recuperar práticas ligadas com o nacional-desenvolvimentismo. Mas, o foco principal dos esforços governamentais foi direcionado para o processo de desenvolvimento como garantidor do crescimento econômico associado com o mercado global. Isso ficará mais claro à medida que avançamos no texto.

A estratégia para promover o crescimento econômico no governo Lula foi largamente apoiada pelas ideias de Bresser-Pereira (2006, p. 10) que, ao considerar a natureza do novo desenvolvimentismo, afirmou que ele pressupõe a existência de uma verdadeira nação, uma vez que somente sob a ideia de nação se pode “formular uma estratégia nacional de desenvolvimento informal, aberta, como é próprio de sociedades democráticas cujas economias são coordenadas pelo mercado”.

³ Tendo sido um dos fundadores do PSDB e ex-ministro no governo de FHC, em 2014 declarou e justificou voto em Dilma Rouseff. É também reconhecido como grande admirador e estudioso da obra de Celso Furtado.



Para o autor, nação é caracterizada uma sociedade de pessoas que compartilham um destino comum com objetivos comuns “entre os quais, historicamente, o mais importante é o desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 10).

Portanto, o foco da construção foi dirigido aos interesses nacionais (BRESSER-PEREIRA, 2006), que só fariam sentido se surgissem de um consenso interno, que poderia supostamente formar a base de uma estratégia de desenvolvimento nacional para defender os interesses nacionais por meio de um pacto de classes interno.

Bresser-Pereira (2006), então, defendeu a importância de uma forma de consenso que englobasse o conjunto da população do país e que direcionasse seus esforços para o bem comum da nação. Em uma análise com base na teorização de Poulantzas (1978), a estratégia proposta por Bresser-Pereira tentou criar uma ideologia, na qual as possíveis resistências seriam reduzidas e o consenso é a regra de ouro do crescimento econômico. Conseqüentemente, as alternativas para evitar esse movimento ou criar alternativas poderiam ser classificadas como irracional ou antinacional.

Nesse ponto, o argumento de Poulantzas (1978), no qual há a denúncia em relação à predominância dos interesses da classe dominante nas práticas orquestradas pelo Estado, encontra materialidade na argumentação de Valência (2008), para o qual o novo desenvolvimentismo é uma nova ofensiva da burguesia. Para Valência (2008) não há nenhuma suposição tácita de superar a dependência em relação aos países desenvolvidos (como no nacional-desenvolvimentismo); mas de manter a relação com o capital internacional, que preserva os vínculos entre elites dos países dependentes e desenvolvidos.

Neste caso, há uma renúncia em relação à criação de caminhos autônomos que valorizem as necessidades reais dos países dependentes. Em contraponto, esta situação valoriza os padrões globais e possibilita a manutenção da elite nacional como facilitadora do desenvolvimento interno de qualquer nação, como proposto por Cardoso e Faletto (1969).

Estas são as principais características da estratégia nacional de desenvolvimento implementada durante o governo Lula (2003-2010). Ao final de 2010, Dilma Rousseff foi eleita (e reeleita em 2014), com o objetivo de “continuar e melhorar o maior processo de autoafirmação, na história recente deste país” (ROUSSEFF, 2011, s/p).

A presidenta assumiu o crescimento econômico como o ponto fundamental de sua agenda e como suporte a programas e projetos a serem estimulados por seu governo. De forma



semelhante ao ideário novo desenvolvimentista foram priorizados: estabilidade macroeconômica e controle da inflação, assim como estímulo à competitividade dos produtos destinados à exportação a fim de melhorar a balança comercial (MERCADANTE, 2010).

Nesse sentido, o papel do Estado em atrair investimentos privados tornou-se vital. Por consequência, o “[...] PAC [continuará] sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. [Será] também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo” (ROUSSEFF, 2011, s/p.).

Nessa perspectiva, o Estado fortaleceu seu papel no planejamento estratégico com vistas à facilitação da relação entre mercado e governo, objetivando o crescimento econômico, que estaria na base do estímulo às políticas sociais. Segundo a Presidenta, a associação entre crescimento e ‘fortes programas sociais’ seria capaz de vencer a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional (ROUSSEFF, 2011, s/p.).

Os principais aspectos das políticas públicas brasileiras assumiram que uma melhor qualidade de vida para os cidadãos depende de um bom desempenho econômico (MERCADANTE, 2010; RANDS, 2010, PESSOTO, 2016).

Também é importante destacar a preocupação em fortalecer o mercado interno como meio para estimular o crescimento de parques industriais. Entretanto, as principais estratégias foram dirigidas para a articulação com o mercado internacional com a finalidade de que os bens produzidos pudessem ser competitivos em escalas nacional e internacional (BRESSER-PEREIRA, 2006; MERCADANTE, 2010; RANDS, 2010).

Políticas públicas relacionadas com o fortalecimento do mercado interno e para a criação de um consenso hegemônico, implementados desde 2003, também promoveram práticas que buscaram aumentar o consumo interno como meio para atrair o investimento privado. Os principais instrumentos utilizados foram: acesso ao crédito, transferência de renda via programas sociais e promoção de grandes obras de infraestrutura (MERCADANTE, 2010).

A partir de uma leitura, que tem seu suporte em premissas construídas por Poulantzas (1978), é possível identificar não uma lógica integrada e orientada para o crescimento econômico como exigido pelo ideário neoliberal, mas um intercruzamento de ações voltadas para atender diversos interesses. O crescimento econômico foi posicionado como foco das



ações governamentais, mas também foi identificado como base para melhorar as condições de vida de toda a população como exigido pelos movimentos sociais.

Esse processo criou um ideário no qual se disseminou a crença hegemônica em defesa do crescimento econômico, como meio de desenvolver o país e melhorar as condições de vida da população como um todo. Essa ideologia desconsiderou o fato de que o crescimento econômico proposto só pode ocorrer associado com o sistema global e, principalmente, que os pressupostos que o definem estão além do controle da nação.

Nesse contexto, países dependentes, como o Brasil, têm a sua autonomia econômica definida por dispositivos ligados à economia em escala global. Na lógica que predomina em escala global, o valor da produção de *commodities* é muito mais flexível do que o valor da produção industrializada. Uma vez que a produção primária está mais exposta à concorrência em razão da fácil difusão produtiva, em oposição à produção industrial caracterizada pela restrição em relação ao controle tecnológico (MARINI, 1973; FURTADO, 1974; AMIN, 1976; PETRAS, 2013).

As consequências desse processo serão analisadas adiante.

6 IMPULSO ECONÔMICO E CRISE

Esta parte do texto busca esclarecer como o Governo Lula (2003-2010) e o seu sucessor (Governo Dilma Rousseff), com o apoio do ideário novo desenvolvimentista, estabeleceram uma estratégia nacional de desenvolvimento, que qualificou o Estado como planejador estratégico do desenvolvimento sob as regras do mercado global. Em consequência, ratificaram uma posição nacional de fornecedor de produtos primários para o mercado global e (em um contexto globalmente favorável, quando os preços das *commodities* estavam elevados) incentivaram investimentos em políticas públicas ligadas à redução da pobreza e ao crescimento do consumo (ALVES, 2016). Em contraponto, em um contexto de redução dos preços dos produtos primários exportados, a resposta do governo foi impor ajuste fiscal para equilibrar o orçamento público, principalmente, por meio da redução do investimento em políticas públicas sociais.

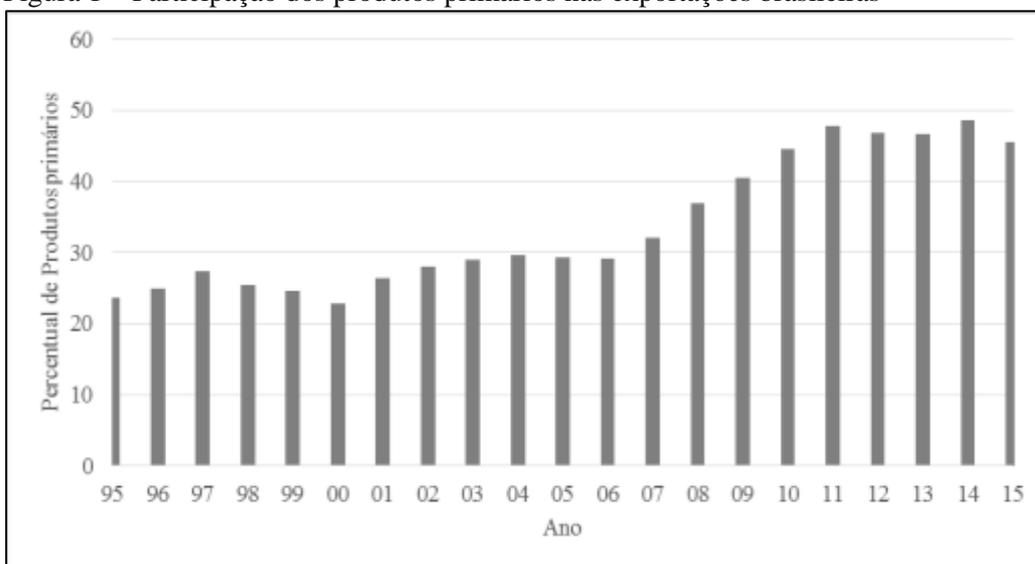
Na segunda situação, o argumento de Poulantzas (1978), que denuncia o papel do Estado como um espaço privilegiado no qual ocorre a condensação política da luta entre classes,



ganhou materialidade por meio da implementação do ajuste fiscal justificado pela Presidenta Dilma Rousseff como única alternativa com vistas ao bem comum da nação.

Naquele momento, o governo confirmou o seu papel de planejador estratégico e facilitador das relações de mercado visando à manutenção do crescimento econômico. Em contraste com a posição do Governo Brasileiro, o argumento deste texto posiciona a restrição orçamentária como consequência das decisões históricas, que ratificaram ao país uma posição de exportador de *commodities* para o mercado global. Com esse objetivo, os dados da Figura 1 mostram a evolução da participação das *commodities* nas exportações do país.

Figura 1 – Participação dos produtos primários nas exportações brasileiras



Fonte: Brasil, 2016a.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Externo (MDIC/BRASIL, 2016a) mostram que a participação dos produtos primários no total das exportações brasileiras atingiu 48,7% em 2014. Esta foi a maior participação de produtos primários desde 1995 (o primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso). Cabe destacar que a participação dos produtos primários baixou em 2015 para 45,6%, mas a redução foi consequência da queda no preço desses produtos. O volume de produtos exportados foi maior que no ano anterior (BRASIL, 2016a).

Em 1995, a participação dos produtos primários no total das exportações brasileiras foi de 23,6% e veio crescendo gradualmente: 27,3% em 1997; 28,1 em 2002; 29,0% em 2003;



29,2% em 2006; 44,6% em 2010. De acordo com esses dados, é possível perceber que a maior expansão na participação de bens primários nas exportações do país ocorreu nos governos Lula e Dilma.

O maior aumento na participação de bens primários nas exportações brasileiras ocorreu após 2006, ou seja, a partir do segundo governo Lula (2007-2010). Depois de 2006, os produtos primários encontraram um contexto favorável, como consequência do incremento no valor das *commodities* em escala global. O aumento nos preços foi provocado, sobretudo, por dois fatores: a) crescimento dos países emergentes, entre os quais a China se destaca; e b) crise nos centros financeiros que provocou acúmulo de capital sem aplicação nos países desenvolvidos, que foi dirigido ao mercado emergente (SERIGATI, 2013).

No entanto, desde 2012, a recuperação dos países desenvolvidos provocou o redirecionamento do fluxo do investimento, reduzindo o crescimento dos países emergentes e a demanda por *commodities*. Conseqüentemente, os preços dos produtos primários caíram e provocaram desequilíbrios comerciais e déficits nos países fornecedores de *commodities*.

Quanto à evolução nos preços das *commodities*, dois importantes produtos de exportação do Brasil apresentaram a seguinte variação (Tabela 1):

Tabela 1 – Evolução do preço das commodities 2006-2015

	Dez.06	Dez.07	Dez.08	Dez.09	Dez.10	Dez.11	Dez.12	Dez.13	Dez.14	Dez.15
Minério de Ferro	33,45	36,63	69,98	105,65	168,53	136,46	128,87	135,79	68,80	39,60
Petróleo Bruto	61,00	89,43	41,53	74,88	90,07	104,24	101,17	105,49	60,55	36,56

Source: Index Mundi, 2016. (Minério de Ferro: US\$ por tonelada. Petróleo Bruto: US\$ por barril).

O preço do barril de petróleo bruto atingiu o seu pico em julho/08 (US\$ 132,55) e manteve-se acima de US\$ 100,00 entre 2009 e 2013. Em dezembro/1 o preço caiu para US\$ 36,56. A tonelada de minério de ferro atingiu o seu pico em abril/11 (US\$ 179,63) e manteve-se acima de US\$ 100,00 entre 2009 e 2013. Em dezembro/15 o preço caiu para US\$ 39,60.

Em contraponto, no que diz respeito a políticas públicas sociais, os investimentos foram equivalentes a 11,2% do PIB em 1995; 12,9% em 2002 e 15,4% em 2010 (IPEA, 2011). De acordo com o IPEA (2011) foi planejada a manutenção dos gastos sociais na mesma média de 2010 para os anos seguintes. No entanto, entre outras situações contextuais, a diminuição do



valor das *commodities* no mercado global se destacou entre as que provocaram desequilíbrio e déficit fiscal em 2014. Desvalorização de matérias-primas que se aprofundou durante o ano de 2015 (BRASIL, 2016a; INDEX MUNDI, 2016).

Por consequência, o governo brasileiro promoveu cortes nos gastos na ordem de 1,2% do PIB no orçamento planejado para 2015. Esses cortes significam uma redução de R\$ 69,9 bilhões (cerca de US\$ 23 bilhões). E 54,9% desse montante foi cortado nos ministérios de educação, saúde e cidades (o último focado entre outros em habitação e saneamento). Em termos proporcionais, os maiores cortes ocorreram nos ministérios da igualdade racial, da pesca, do turismo e no de micro e pequenas empresas (BRASIL, 2016c).

A análise dos dados torna clara a lógica adotada pelo governo brasileiro para definir o foco do ajuste fiscal. Ele restringiu mais fortemente o orçamento vinculado às políticas públicas sociais, seguindo o argumento de que o investimento em políticas públicas sociais depende do desempenho econômico (ROUSSEFF, 2011; PESSOTO, 2016).

Por outro lado, o governo brasileiro esteve à procura de mecanismos para melhorar a receita e estimulou processos como a participação público-privada. O governo encorajou investimentos privados, por exemplo, em logística, por meio de concessões de estradas e aeroportos. E, contraditoriamente, de acordo com o ministro da Fazenda à época, despesas públicas com essa finalidade seriam priorizadas (BRASIL, 2016c).

A posição do Governo Brasileiro não permite dúvida sobre o sentido de suas ações, elas estão ligadas a uma estratégia nacional de desenvolvimento, que busca facilitar o crescimento econômico como defendido por Bresser-Pereira (2006). Dessa forma, o Governo Brasileiro, com foco na redução do impacto da crise financeira, adotou medidas para fortalecer a economia por meio de ajuste fiscal, que reduziu as políticas públicas sociais. Essas ações foram justificadas por uma ideologia em defesa do bem comum da nação no futuro.

Dessa forma, pode-se concluir que os governos Lula e Dilma (2003-2016) adotaram práticas apoiadas por uma ideologia novo desenvolvimentista, em defesa do crescimento econômico e justificadas em premissas ligadas à ideia de bem comum da nação. No entanto, com base nos *insights* de Poulantzas (1978) pode-se argumentar que o governo desempenhou um papel de suporte a formas de organização da sociedade voltados à facilitação de relações de mercado.



O resultado para o país foi a ratificação do seu papel histórico como um dos principais fornecedores de produtos primários ao longo dos últimos 20 anos. A dinâmica adotada sedimentou o processo de dependência e, ao final do segundo Governo Dilma, provocou várias dificuldades econômicas. Processo que reforçou a agenda ligada aos interesses econômicos da classe dominante, que define ideologicamente o crescimento como única alternativa para melhorar as condições sociais.

Portanto, as consequências da ideologia novo desenvolvimentista foram frequentemente esquecidas no que concerne à volatilidade dos preços das *commodities* e dos custos ambientais. Este último, embora importante, não é analisado aqui, uma vez que está fora do escopo deste trabalho. Assim, considerando a volatilidade dos preços das *commodities*, é esperado que haja aumento nos investimentos em políticas sociais quando os preços dos produtos primários sobem e diminuição quando eles caem. Situação que pode ser confirmada pela evolução das políticas públicas adotadas durante os governos do PT, entre 2003 e 2016.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi analisar, no caso brasileiro, o papel do Estado no período 2003-2016 e entender como ele buscou organizar consenso em relação a um suposto bem comum em escala nacional.

De acordo com a abordagem marxista, o Estado capitalista ocupa uma função de comitê executivo e/ou de instrumento da burguesia para executar uma função de classe. Ao assumir esse conceito era necessário incorporar ideias de outros autores, que tivessem recuperado e debatido o conceito tradicional em um contexto caracterizado pelas relações de concorrência entre os países.

Aspectos da construção de Poulantzas (1978) foram utilizados para analisar a formação de uma ideologia hegemônica, por meio da qual o Estado encontrou dispositivos para manter a ordem interna, sem a utilização permanente de mecanismos institucionais de violência Estatal. Sob esse ponto de vista, os atores sociais que assumiram o Governo Brasileiro, ao longo de sua existência, predominantemente adotaram práticas nas quais o País foi pensado como parte funcional do sistema capitalista.

No início do século XXI, as limitações dessas ideias começaram a mostrar suas consequências em termos de aumento da pobreza e da desigualdade de renda.



Conseqüentemente, os movimentos sociais tencionaram as práticas hegemônicas, e o Governo Brasileiro respondeu por meio da recuperação de ideias do nacional-desenvolvimentismo.

A ideologia predominante do governo brasileiro tentou integrar ideias do nacional-desenvolvimentismo como aumento da renda e do mercado interno com propostas direcionadas à manutenção da lógica do mercado em escala global. O resultado foi o direcionamento das ações governamentais para práticas que reforçaram o processo de dependência. Logo, o papel histórico do Brasil como fornecedor de *commodities* ganhou novo vigor e sedimentou o modo histórico predominante de inserção da economia nacional em escala global.

Em um contexto no qual o crescimento econômico foi considerado a base do desenvolvimento nacional, as políticas públicas sociais tornaram-se dependentes do desempenho econômico. Por conseguinte, o Governo Brasileiro poderia aumentar os investimentos sociais enquanto os preços das *commodities* estivessem elevados no mercado global; mas, no momento em que os valores dos produtos exportados caíssem no mercado global, a resposta do Governo só poderia ser o corte de despesas sociais.

Esse processo foi justificado como única alternativa com vistas ao bem comum da nação no futuro. Entretanto, como se tentou argumentar ao longo deste artigo, a ideologia subjacente que apoiou as ações governamentais esteve ligada ao papel de planejamento estratégico para facilitar as transações comerciais em escala global. Portanto, a liderança de grupos econômicos internos articulados ao capital internacional torna-se elemento naturalizado e necessário à articulação em escala global.

Dessa forma, com base na construção teórica de Poulantzas (1978), pode-se supor que o Governo Brasileiro, no período 2003-2016, desempenhou papel de disseminador ideológico em defesa do crescimento econômico, que foi justificado como elemento essencial para o aumento dos investimentos em políticas sociais. Dessa forma, as crises econômicas e, mais tarde, a adoção das políticas de ajuste fiscal demonstraram claramente o processo de dependência ligado a dispositivos articulados em escala global.

A resposta do governo brasileiro à crise foi reforçar a estratégia ligada aos interesses da elite econômica, em contraste com uma redução dos investimentos em políticas sociais (ALVES, 2016). Isso não é novidade no contexto econômico global, porém é preciso lembrar os limites dessa estratégia quando aplicado a economias dependentes: aumento da dependência e falta de autonomia para definir seu próprio destino; insegurança social como consequência da



redução cíclica dos investimentos em saúde, educação e segurança; e insustentabilidade ambiental por causa das estratégias econômicas ligadas à produção agrícola e extração mineral.

Por último, mas não menos importante, este texto oferece uma interpretação sobre o papel do Estado em uma situação específica, com as limitações de qualquer artigo em termos de alcance e abrangência. Nessa perspectiva, poderia ser complementado, em muitos aspectos, por meio de estudos de outros países ou em relação às consequências da produção extrativista e/ou agrícola. Uma outra possibilidade se direciona para o estudo das alternativas em termos de desenvolvimento que se abrirão a partir do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e do estabelecimento do novo governo.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O mal-estar do neodesenvolvimentismo**. Net, 2016. Disponível em: <https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=672:o-mal-estar-do-neodesenvolvimentismo&catid=3:temas-em-debate>. Acesso em: 15 mar. 2017.

AMIN, S. **Unequal development: an essay on the formations of peripheral capitalism**. New York: Monthly Review Press, 1976.

BERBEROGLU, B. **Globalization of capital and the Nation-State**. Oxford: Rowman & Littlefield, 2003.

BITTENCOURT, A. **FHC x Lula: o melhor comparativo dos governos**. Net, 2013. Disponível em: <<http://anselmobittencourt.blogspot.co.uk/2010/10/fhc-x-lula-o-melhor-comparativo-dos.html>>. Acesso em: 7 out. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e comércio exterior. **Balança comercial**. Net, Brasília, 2016a. Disponível em: <www.brasil.gov.br>. Acesso em: 7 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **O Brasil venceu muitas etapas e agora é hora de avanços estruturais**. Net, Brasília, 2016b. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 7 out. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Lei Orçamentária**. Net, Brasília, 2016c. Disponível em: <www.brasil.gov.br>. Acesso em: 7 out. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L.C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L.C. From old to new developmentalism in Latin America. In: Ocampo J. A.; Ros. J. **Handbook of Latin American Economics**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 108-129.



BRESSER-PEREIRA, L.C. State-society cycles and political pact in a national-dependent society: Brazil. **Latin American Research Review**, v. 50, n 2, 3-22, 2015.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**, Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1969.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Economic development of Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

HARROD, R. F. **Domar y la dinámica económica**. Rosario: Instituto Interamericano de Estadística, 1956.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. Cumberland: Yale University Press, 1960.

HOBSON, J. A. **Imperialism: a study**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1972 (1905).

Index Mundi. *Commodities*. Net, New York, 2016. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/commoditi>>. Acesso em: 7 out. 2016.

IPEA. Investimentos sociais da união crescem mesmo durante a crise. Net, nov. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2670:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 7 out. out. 2016.

LENIN, V.I. **Imperialism: the highest stage of capitalism**. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1917.

LEWIS, W.A. Economic development with unlimited supplier of labour. **The Manchester School**, v. 26, p. 1-32, 1954.

LUXEMBURG, R. **The accumulation of capital**. New Haven: Yale University Press, 1913.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MARX, K. **The eighteenth brumaire of Louis Bonaparte**. London: Pluto, 1852.

MERCADANTE, A. **Brasil: a construção retomada**. São Paulo: Terceiro Nome, 210.

PESSOTO, T. M. Críticas ao novo desenvolvimentismo. **Rebela**, v. 6, n 1, p. 52-83, 2016.

PETRAS, J. Brazil: Extractive capitalism and the great leap backward. **World Review of Political Economy**, v. 4, n 4, p. 469-483, 2013.

POULANTZAS, N. **State, Power, Socialism**. London: Verso, 1978.



RADICE, H. The developmental state under global neoliberalism. **Third World Quarterly**, v. 29 n 6, p. 1153-1174, 2008.

RANDS, M. **A era Lula – desenvolvimento, democracia e cultura política no Brasil**. Recife: Bagaço, 2010.

RIDENTE, M. **Desenvolvimentismo: o retorno**. Net, set. 2009. Disponível em: <<http://www.acessa.com>>. Acesso em: 7 out. 2016.

ROUSSEFF, D. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante compromisso constitucional perante o Congresso Nacional**. Net, Brasília, jan. 2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br>>. Acesso em: 7 out. 2016.

SAMPAIO JR., P.A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112, p. 672-688, 2012.

SERIGATI, F. A agricultura puxa o PIB? **Agroanalysis**, v. 2, n 3, p. 13-14, 2013.

VALENCIA, A.S. **Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. Londrina: Práxis, 2008.